



BEM-ESTAR E INCLUSÃO: A EFETIVIDADE DOS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS PARA COMUNIDADES TRADICIONAIS E RIBEIRINHAS DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL

SIMONE PRINCIPE RONDON; HELOISA BRUNA GRUBITS

RESUMO

Os benefícios assistenciais desempenham um papel indispensável na redução das desigualdades sociais e na promoção do bem-estar em comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-mato-grossense. Este estudo objetivou analisar o acesso e a efetividade de programas assistenciais voltados para essas comunidades, com enfoque nos benefícios sociais, educação e saúde. A pesquisa foi conduzida por meio de uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante com mulheres acima de dezoito anos, residentes em duas comunidades pantaneiras, Antônio Maria Coelho e Porto Esperança, permitindo assim compreender as experiências e os desafios enfrentados por seus moradores. Os resultados indicam que os programas assistenciais de benefícios do governo como o Bolsa Família, Seguro Defeso, Cesta Básica, além da atenção básica à saúde, têm contribuído significativamente para a melhoria das condições de vida. No entanto, os desafios estruturais persistem: a burocracia para acessar os benefícios, a precariedade de infraestrutura como transporte e postos de saúde, além da desigualdade no alcance de políticas públicas, limitam sua efetividade. Além disso, fatores ambientais como queimadas e longos períodos de seca, intensificam as vulnerabilidades dessas populações, que dependem dos recursos naturais para sua subsistência. Investimentos em infraestrutura, descentralização administrativa e simplificação dos processos de acesso são fundamentais para ampliar a efetividade dos programas. Além disso, ações integradas que combinem justiça social, protagonismo feminino e conservação ambiental são importantes para promover a sustentabilidade e a equidade no contexto dessas comunidades pantaneiras. Conclui-se que, embora os programas atuais tenham impactos positivos, sua efetividade depende de uma abordagem mais inclusiva e adaptada às peculiaridades locais.

Palavras-chave: Políticas assistenciais; Comunidades pantaneiras; Precariedade.

1 INTRODUÇÃO

O Pantanal, considerado uma das maiores áreas alagadas do mundo, é reconhecido por sua relevância ecológica, cultural e econômica. Esse bioma, que se estende por diferentes estados brasileiros, concentra uma diversidade significativa de comunidades tradicionais e ribeirinhas. Essas comunidades, além de desempenharem um papel importante na conservação ambiental, são importantes agentes na manutenção de práticas culturais que refletem modos de vida sustentáveis e integrados à natureza (Ribeiro, 2021). No entanto, a população dessas

regiões enfrenta desafios históricos e estruturais, como o acesso limitado a serviços públicos e infraestruturas adequadas.

As políticas públicas desempenham um papel central na promoção da inclusão social e na melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Os programas assistenciais, de educação e saúde são instrumentos valiosos para a redução das desigualdades e o fortalecimento do bem-estar social. Contudo, a efetividade dessas políticas depende de sua adequação às especificidades locais, o que inclui compreender as dinâmicas socioeconômicas e culturais das comunidades atendidas (Sarafino & Smith, 2017).

O Pantanal Sul-mato-grossense, em particular, apresenta um contexto singular devido às intensas transformações ambientais e econômicas que impactam diretamente a vida das comunidades tradicionais e ribeirinhas. A atividade mineradora, as queimadas frequentes e a seca prolongada são fatores que exacerbam a vulnerabilidade dessas populações, exigindo ações mais incisivas e adaptadas das políticas públicas (Miranda *et al.*, 2020).

Dentro desse cenário, as mulheres emergem como protagonistas na organização comunitária em busca do acesso a programas de assistência. Elas desempenham um papel fundamental não apenas na garantia da subsistência familiar, mas também na articulação de reivindicações coletivas que visam a melhoria das condições de vida de suas comunidades (Gurgel *et al.*, 2020). Este protagonismo evidencia a necessidade de uma abordagem interseccional nas análises das políticas públicas voltadas às comunidades tradicionais e ribeirinhas da região.

Pesquisas qualitativas realizadas em comunidades como Porto Esperança e Antônio Maria Coelho revelam a complexidade do acesso aos benefícios assistenciais nessas regiões. Aspectos como a burocracia excessiva, a falta de informação e a precariedade das infraestruturas locais limitam a efetividade das políticas, mesmo quando estas são consideradas positivas por parte das populações atendidas. A interação entre os moradores e os serviços públicos frequentemente destaca o contraste entre as necessidades urgentes e as respostas precárias ou inadequadas do Estado (Flick, 2018).

Além disso, o contexto ambiental exerce uma influência significativa sobre a vida das comunidades pantaneiras. A degradação do bioma, impulsionada pelas atividades econômicas predatórias, não apenas compromete os recursos naturais, mas também intensifica os problemas de saúde pública e geração de renda. Muitas dessas comunidades dependem diretamente do ecossistema para atividades como pesca, coleta de iscas vivas e o uso de frutos nativos, como o Acuri e a Laranjinha-de-Pacu, que têm sido severamente afetados pelas queimadas (Kheel, 2019).

A falta de infraestrutura, como postos de saúde e acesso a água potável, são problemas recorrentes que agravam as condições de vulnerabilidade. Comunidades como Porto Esperança, e Antônio Maria Coelho, por exemplo, enfrentam a inexistência de postos de saúde e precisam recorrer à cidade de Corumbá para atendimento médico, muitas vezes dificultado devido à falta de transporte adequado (Miranda *et al.*, 2020). Isso demonstra a urgência de investimentos mais robustos e descentralizados na região.

A presente pesquisa objetiva analisar o acesso e a efetividade de programas assistenciais do governo em comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal de Mato Grosso do Sul, com enfoque nos benefícios sociais, de educação e de saúde. A abordagem qualitativa foi escolhida como metodologia central, permitindo captar as nuances das experiências e perspectivas das populações locais. Os instrumentos utilizados incluíram entrevistas semiestruturadas, rodas de conversa e observação participante, alinhando-se à necessidade de um mergulho profundo na realidade dessas comunidades (Saunders *et al.*, 2019).

Ao longo do estudo, buscou-se também ouvir e valorizar as vozes das mulheres dessas comunidades, uma vez que elas são diretamente afetadas pelas desigualdades e frequentemente assumem a liderança na luta por melhores condições de vida. A ênfase no protagonismo

feminino reflete a perspectiva ecofeminista, que destaca a intersecção entre gênero, meio ambiente e justiça social (Kincheloe & McLaren, 2005).

Os resultados preliminares indicam que, embora as políticas assistenciais desempenhem um papel relevante na melhoria da qualidade de vida, há limitações estruturais e institucionais que comprometem sua efetividade. Aspectos como descentralização administrativa, redução da burocracia e investimento em infraestruturas sustentáveis são apontados como caminhos necessários para potencializar os impactos desses benefícios.

Assim, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a inclusão social e o bem-estar no contexto pantaneiro, destacando a necessidade de adaptações nas políticas públicas assistenciais para atender às especificidades das comunidades tradicionais e ribeirinhas. É essencial que o Estado reconheça as peculiaridades desses territórios e fortaleça as iniciativas que promovam a justiça social e ambiental, garantindo que os direitos dessas populações sejam efetivamente assegurados. Em um contexto de crises ambientais e pressões econômicas crescentes, torna-se imprescindível desenvolver estratégias que aliem desenvolvimento sustentável à equidade social.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado em duas comunidades do Pantanal de Mato Grosso do Sul: Antônio Maria Coelho e Porto Esperança. A abordagem metodológica foi qualitativa, utilizando: (a) entrevistas semiestruturadas, que captaram as experiências e percepções das populações locais sobre os benefícios governamentais (Saunders et al., 2019); (b) rodas de conversa, promovendo discussões coletivas sobre desafios e soluções (Gurgel et al., 2020); e (c) observação participante, permitindo a imersão no cotidiano das comunidades (Flick, 2018). A análise dos dados foi realizada por meio da análise temática (Braun & Clarke, 2006), com o objetivo de identificar, analisar e interpretar padrões de significado (temas) em relação a dados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados deste estudo refletem a importância de políticas públicas para comunidades tradicionais e ribeirinhas do Pantanal Sul-Mato-Grossense. Em linhas gerais, foi constatado que os benefícios assistenciais, tais como o Bolsa Família, Seguro Defeso, Cesta Básica além dos programas de atenção básica à saúde e educação, desempenham um papel valioso na redução das desigualdades sociais. Contudo, a implementação dessas políticas e o acesso aos benefícios oferecidos pelo governo é frequentemente dificultado por problemas estruturais, incluindo a burocracia excessiva e a falta de informações claras sobre os critérios de acesso.

Em Antônio Maria Coelho (AMC), um terço das mulheres entrevistadas (4 mulheres) declararam receber o Bolsa Família, enquanto outros 2 terços, cerca de 8 mulheres afirmaram nunca ter conseguido obter o benefício. A dificuldade de acesso ao Bolsa Família para a maioria das mulheres em AMC pode ser indicativo de barreiras estruturais que limitam sua inclusão em programas de assistência social, exacerbando sua vulnerabilidade econômica. Pinto e Brito (2020) discutem como o acesso desigual a programas de assistência social reflete e reforça desigualdades já existentes, especialmente em comunidades remotas ou marginalizadas. A falta de acesso ao benefício pode ser atribuída a fatores como a ausência de documentação adequada, dificuldades no processo de inscrição, ou falta de informação, o que limita a capacidade dessas mulheres de garantir uma renda mínima para suas famílias.

Em Porto Esperança (PE), mulheres recebem o Bolsa Família, o Seguro Defeso e a Cesta Básica. A presença de múltiplas formas de assistência governamental em PE sugere uma maior diversificação nas estratégias de sobrevivência e uma possível melhor articulação das mulheres

com as redes de assistência social. O acesso a benefícios como o Seguro Defeso e cestas básicas pode representar uma importante fonte de segurança alimentar e econômica, especialmente em períodos de instabilidade econômica ou sazonalidade, como ocorre nas comunidades que dependem da pesca ou de outras atividades sazonais.

Ademais, o estudo destacou a centralidade do ecossistema pantaneiro na subsistência dessas comunidades. As atividades de coleta de iscas vivas e o uso de frutos nativos, como o Acuri, foram significativamente afetados pelas queimadas e pela seca prolongada, reduzindo a disponibilidade de recursos naturais. Esses fatores não apenas comprometem a geração de renda, mas também agravam os problemas de saúde e alimentação dessas populações.

Outro aspecto relevante é a percepção das comunidades sobre os programas de educação. Enquanto as iniciativas governamentais são vistas como avanços importantes, há uma lacuna significativa na adaptação do currículo escolar à realidade local. Os moradores destacaram que as escolas muitas vezes não abordam questões ambientais ou culturais pertinentes ao bioma pantaneiro, dificultando a formação de uma consciência socioambiental entre as novas gerações.

Na discussão sobre as limitações das políticas públicas, evidenciou-se a necessidade de descentralização das ações governamentais. Investimentos em infraestrutura, como postos de saúde, transporte e distribuição de água potável, foram apontados como prioridades para assegurar que os benefícios cheguem efetivamente a todas as comunidades. Além disso, a inclusão das lideranças comunitárias no processo de elaboração e monitoramento das políticas públicas é essencial para garantir maior adesão e que sejam adaptadas às suas realidades.

Por fim, este estudo reafirma a importância de uma abordagem integrada que considere as dimensões sociais, econômicas e ambientais. O protagonismo feminino emerge como uma força transformadora nas comunidades pantaneiras, indicando que o fortalecimento das mulheres é um caminho estratégico para promover a inclusão social e a justiça ambiental no Pantanal Sul-Mato-Grossense.

4 CONCLUSÃO

Os resultados revelam que o acesso aos benefícios assistenciais tem contribuído para a redução das desigualdades e o fortalecimento do bem-estar social nas comunidades pantaneiras. Contudo, a implementação de políticas públicas ainda enfrenta desafios significativos, como burocracias, limitações estruturais e a precariedade dos serviços locais. A centralidade do protagonismo feminino na articulação com redes de assistência social foi um dos principais destaques da pesquisa.

Ademais, sugere-se que futuras pesquisas explorem o impacto de iniciativas sustentáveis alinhadas às especificidades culturais e ambientais dessas comunidades, buscando estratégias que aliem justiça social à conservação do bioma pantaneiro. A continuidade do debate sobre descentralização administrativa e investimentos em infraestrutura é fundamental para assegurar que os benefícios assistenciais atendam às necessidades das populações mais vulneráveis.

REFERÊNCIAS

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using Thematic Analysis in Psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 5. ed. Porto Alegre: **Artmed**, 2018.

GURGEL, I. G. D. et al. Roda de conversa como estratégia metodológica: contribuições para a pesquisa em saúde. **Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil**, v. 20, n. 1, p. 219-224,

2020.

KHEEL, M. *Nature Ethics: An Ecofeminist Perspective*. Rowman & Littlefield, 2019.

KINCHELOE, J. L., & MCLAREN, P.. Rethinking Critical Theory and Qualitative Research. In *The Sage Handbook of Qualitative Research* (3rd ed., pp. 303-342). **Sage Publications**, 2005.

MIRANDA, G. et al. Impactos da mineração no Pantanal e implicações para a saúde humana. **Journal of Environmental Studies**, v. 12, n. 4, p. 35-49, 2020.

PINTO, Eliane; BRITO, Luciana. Acessibilidade ao Programa Bolsa Família em comunidades rurais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 24, p. 60-85, 2020.

RIBEIRO, A. Impactos ambientais e vulnerabilidade socioeconômica no Pantanal.

Environmental Research, v. 8, n. 3, p. 145-159, 2021.

SARAFINO, E. P.; SMITH, T. W.. **Health Psychology: Biopsychosocial Interactions**. 9. ed. Hoboken: Wiley, 2017.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research Methods** for Business Students. 8. ed. Harlow: Pearson, 2019.